

I Colóquio Técnico Científico do Plano Diretor Participativo Juiz de Fora PDP/JF Regiões de Planejamento Sul e Oeste

Participantes: Representantes das entidades da sociedade civil atuantes na área de produção, desenvolvimento e financiamento urbano (instituições de ensino, de pesquisa, sindicatos, conselhos profissionais, conselhos de direito, ongs, etc). 53 participantes, sendo 27 técnicos da PJJ (lista de presença anexa).

DATA:
07/04/2014

PROCESSO: N.º
003997 2014

INÍCIO: 17h00
TERMINO: 21h

Local: Auditório do
CREA

Descrição e consenso:

1 – Alvaro Gianinni, Subsecretário de Planejamento do Território - PJJ, promoveu a abertura do evento e iniciou explanação acerca da metodologia geral de trabalho do Plano Diretor Participativo, assim como os objetivos específicos da reunião.

2 – Alvaro G. apresenta a Regionalização proposta pela Equipe técnica em conjunto com o GT Executivo e orienta que a mesma ainda está aberta à sugestões discussões;

3 – Alvaro G. dá início a Etapa de reconhecimento dos problemas e potencialidades locais, abrindo à palavra aos interessados;

4 – Procedeu-se então lista de inscrição e a voz foi dada conforme a devida ordem;

5 – Alexsandro de Almeida, representante do IAB, solicitou esclarecimento acerca do processo de revisão do PDP/JF e questionou se neste primeiro Colóquio já é um momento de contribuição. Solicitou a disponibilização no site de dados e informações prévias de cada Região de Planejamento - RP, para que o participante interessado possa se munir de informações garantindo subsídios para uma mais efetiva contribuição. Sugeriu, ainda, a criação de um Grupo Consultivo, assim como fora feito no Plano de Saneamento;

6 – Alvaro G. responde aos questionamentos, dizendo que sim, este já um momento de contribuição e que não foram disponibilizados dados prévios, uma vez que o diagnóstico da RP ainda está em processo de formulação e que este evento é uma das instâncias de obtenção de dados para posterior consolidação do referido diagnóstico;

7 – Rogério Mascarenhas, arquiteto urbanista, ressaltou a importância de se enfatizar os 4 (quatro) eixos temáticos apontados por Alvaro G. em sua explanação nas discussões acerca da revisão do PDP/JF e sugeriu que seja especialmente tratado em um Seminário o tema “Mobilidade Urbana”, articulado ao tema “Habitação” e “Uso do Solo”. Ressaltou a importância da reestruturação do sistema de transporte, público, utilizando-se o sistema troncalizado, possibilitando uma articulação viária nas regiões e entre elas com o Centro. Ponderou também, sobre a necessidade de vinculação

docomponente uso do solo e densificação construtiva e populacional ao sistema viário possível.como definidor do potencial de ocupação da região;

8 – Willian G. De Castro, engenheiro da SEPLAG-PJF, apontou questões de destaque na discussão da revisão do PDP/JF:

8.1 A especificação das ações necessárias à concretização das diretrizes propostas, buscando maior efetividade para o PDP/JF

8.2 Articulação viária entre região de Graminha (Bomba de Fogo) e Estrada União Industria

8.3 Via Interbairros;

9 - Silvio R. Fernandes, engenheiro da SAU-PJF faz comparação entre Avenida Rio Branco e BR040 e diz que processos de ocupação do entorno estão acontecendo de forma semelhante. A Av. Rio Branco era uma rodovia que foi absorvida pela cidade de Juiz de Fora, transformando-se em avenida interna, e a BR040 atualmente sofre pressões de ocupação às suas margens, e que tal fato deve ser avaliado com cautela. Sugere envolver órgãos como DNIT, DER e MRS, uma vez que o crescimento da cidade de Juiz de Fora afeta diretamente os referidos órgãos;

10 – Capitão Winderson Alain de Moura, do Corpo de Bombeiros, elogiou a posição institucional da prefeitura com o PDP/JF, evidenciada através da “Palavra do Prefeito” , constante na Cartilha de Orientação;

11 – O Capitão Winderson, CBMMG, ressaltou que no planejamento urbano da cidade atentasse para as questões de segurança e prevenção, através das ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros. O sistema viário e a urbanização de áreas deve ser pensando levando-se em consideração a infraestrutura necessária para que o Corpo de Bombeiros consiga atuar. Sugeriu que deve-se aumentar a rede de hidrantes no município, para que a cidade possa crescer com segurança;

12 – O Capitão Winderson ressaltou ainda que em um trabalho conjunto entre o CBMMG, Defesa Civil e UFJF, foram levantados 72 áreas de risco nível 4 no município, englobando áreas de deslizamento de encosta e de alagamento, e que o PDP/JF deve olhar com atenção para estas áreas;

13 – Findada a primeira lista de inscrições, Alvaro retomou o assunto sobre os eixos do Planejamento Urbano e falou que um 5º (quinto) eixo seria o Meio Ambiente, mas entende-se que é impossível falar em saneamento sem falar em meio ambiente, ou falar de uso do solo sem falar em meio ambiente, por isso, o meio ambiente não é um tema específico, ele perpassa por todos os 4 eixos do desenvolvimento urbano.

14 – Procedeu-se nova lista de inscrições e abriu-se a palavra para os inscritos;

15 – Renata G. Piedade, representante do CES/JF, sugeriu fosse feito um esforço pelos participantes de identificação da vocação do lugar; e onde queremos chegar. Ou seja, entender os atores e as ações que estão influenciando determinado processo na RP em estudo, identificar quais os atrativos existentes e como podemos tirar partido deles, promovendo assim, o diagnóstico das RPs em estudo;

16 – José Augusto, representante da EMCASA, questionou se as informações constantes na revisão do PDP/JF envolverão a revisão das leis de uso e

ocupação do solo, assim como das demais leis urbanísticas, etendendo que a efetividade do PDP/JF está intimamente ligada à revisão das leis correlatas;

17 – Fabiola Ramos, arquiteta urbanista da SEPLAG-PJF, sugeriu que fossem projetadas fotos do trabalho de campo para orientar a contribuição dos participantes;

18 – José Marcio Garotinho, representante da Câmara Municipal, sugeriu que a discussão seja focada na RP Sul. Identificou que a mobilidade urbana é um dos principais problemas existentes, havendo também questões relativas ao meio ambiente e poluição do principal córrego da região. Sugeriu ainda que a participação dos diversos setores da prefeitura deveria ser maciça e obrigatória, como hora de trabalho, pois a capacitação e o nivelamento dos técnicos da prefeitura quanto aos assuntos discutidos é de ampla importância para a implantação do PDP/JF após aprovado.

19 – Leonardo de Paula, arquiteto urbanista da SO-PJF, sugeriu que fosse preparado pela equipe de elaboração do PDP um breve relatório de cada RP, com dados secundários e dados relativos a infraestrutura, de forma a embasar as contribuições dos técnicos.

20 – Paulo Gawryszewski, representante da Funalfa pediu a palavra para convidar todos os presentes a participarem do Seminário intitulado "A proteção do patrimônio cultural por meio dos planos diretores", a realizar-se no período de 03 a 05 de Junho, no Auditório do Banco do Brasil.

21 – Paulo Sergio dos Reis, representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia/JF, diz que é preciso planejar a concentração das massas, como por exemplo em empreendimentos do tipo "Minha Casa, Minha Vida", pensando em infraestrutura, segurança e equipamentos públicos.

22 – Fernando José, representante do SENGE, ressaltou a fala da arquiteta urbanista Renata G. Piedade, sobre a observância da vocação de cada RP e atrelada a esta vocação, sua capacidade de desenvolvimento desta vocação. Por exemplo, a RP Oeste tem vocação de crescimento e expansão urbana, mas o sistema de drenagem da cidade não comporta tal vocação, uma vez que já é possível observar que a atual ocupação da RP Oeste já acarreta alagamentos nos bairros a jusante, como o Mariano Procópio.

23 - Fernando José, representante do SENGE, ressaltou ainda que o sucesso do PDP/JF depende do comprometimento dos setores públicos com o mesmo, sendo a falta de comprometimento responsável pela não efetividade deste instrumento. Exemplificou tal falta de comprometimento com a Estação de Transbordo do proposto sistema de transporte troncalizado, que atualmente foi transformada em uma unidade da polícia militar.

24 – Rogério Mascarenhas informou que no município de Curitiba as ações de planejamento são pautadas na comparação de dados e indicadores socio-territoriais em cada região de planejamento, (tais como evasão escolar, criminalidade, saneamento, áreas verdes, áreas de risco, alfabetização), buscando nortear as ações com o objetivo de se diminuir as diferenças regionais, gerando uma cidade com maior nível de equidade social. Sugere então, que o início dos debates nos colóquios seja antecedido de uma análise destes dados;

25 – Willian G. De Castro concordou com a necessidade de subsídios para o início dos debates, e sugeriu a utilização de dados que a PJF já tem disponíveis, como por exemplo, o diagnóstico do Plano de Saneamento. Ressaltou que entende que a vocação natural de Juiz de Fora é a produção de água, uma vez que temos 3.205 nascentes. Deve-se então tratar esta questão como vocação e termos tratamentos específicos para estas áreas;

26 – Mariana Rebelatto, representante do Movimento Fora do Eixo, sugeriu que sejam trazidas mais informações de cunho social, como a existência e

distribuição no território dos equipamentos públicos como escolas, UAPS, CREAS, CRAS, dentre outras;

27 – José Geraldo Neto de Faria, representante da Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora, sugeriu que os assuntos sejam trazidos além da etapa de diagnóstico, também na etapa de proposições, para que sejam estudados aspectos problemáticos como por exemplo, o Acesso à RP Oeste, via Zona Sul;

28 – Heber de Souza Lima, engenheiro civil da SEPLAG-PJF, traçou os principais pontos de discussão para a RP Oeste:

28.1 BR440

28.2 Contorno ferroviário

28.3 Transposição da UFJF

28.4 Ocupação após BR040

29 – Izamari Machado, representante da SETTRA-PJF, enxergou ter havido um equívoco na formatação do colóquio e sugeriu que haja uma segunda bateria de colóquios, onde sejam discutidas as propostas;

30 – Alvaro orientou que o PDP está na fase de diagnóstico, e que ainda não estamos pensando em propostas, apenas tentando enxergar e entender os problemas e a dinâmica da cidade, e que este processo está sendo feito de maneira participativa, sendo o colóquio, uma das instâncias de participação;

31 – Sargento Gerrhim informou que em estudo por ele realizado, observou-se que grande parte do território urbano de Juiz de Fora é localizado em Área de Preservação Permanente – APP, ou seja, o termo planejamento urbano é um assunto bastante complexo. Exemplifica a RP Oeste, que vem sobrecarregando a infraestrutura de regiões a jusante, como o Mariano Procópio, criando áreas de risco;

32 – José Lopes Esteves, representante do IAB/JF, sugeriu que os colóquios aconteçam posteriormente às oficinas, e que as questões levantadas nessas sejam apresentadas aos participantes do colóquio, visando a nivelamento dos participantes quanto à realidade de cada RP;

33 – Luiz Cesário M Lopes, CESAMA-PJF, ressaltou que nas oficinas foram levantadas questões acerca da poluição dos córregos São Pedro e Santa Luzia, mas como não era o momento adequado, ele não se posicionou a respeito, mas que está a disposição para esclarecer qualquer dúvida a respeito do abastecimento de água potável e coleta de esgoto na cidade de Juiz de Fora ;

34 – Heber S. Lima complementa dizendo que Juiz de Fora está numa posição privilegiada em relação às demais cidades brasileiras, e que até 2018 a cidade passará de uma taxa de 10% de seu esgoto tratado, para 85%. Informa que as obras estão sendo feitas, que por questões técnicas, começaram da cota mais baixa para a mais alta, ou seja, começaram ao longo do Rio Paraibuna. Ressaltou que o maior problema da cidade é a drenagem pluvial;

35 – Aline Cruz, arquiteta urbanista docente do CES/JF, visualizou um potencial mal aproveitado, na RP Oeste, de criação de espaços públicos de lazer, sejam parques, praças, ruas, calçadas, enfim, qualquer possibilidade urbana de criação de espaços de convívio e interação social. Ressaltou a importância de dar visibilidade às questões ambientais, buscando o comprometimento da população com sua preservação, e a abertura dos espaços de preservação para o uso público é uma forma mais eficiente de preservação do que cercar o espaço e restringir o uso público. A partir do momento que a população se sente inserida e entende a importância daquele espaço, a preservação do mesmo se torna mais fácil. Por isso enxergou na RP Oeste grande potencial de exploração destes espaços, uma vez haver considerável quantidade de maciços verdes, além da própria Represa São Pedro;

36 – Mauro Branco, representante da SETTRA-PJF, ressaltou a importância de serem estudadas as relações de causa e efeito, e toma como exemplo os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, onde são entregues em média, 200 unidades habitacionais. Em média cada UH é habitada por 4 moradores, então são 800 novas pessoas necessitando, por exemplo, de transporte público. Se imaginarmos que cada ônibus transporta em média 60 pessoas, é possível imaginar o impacto do sistema de transporte que cada empreendimento deste causa no local em que é inserido. Ressalta que a resolução deste problema não está na inserção de mais linhas de ônibus e sim no desenvolvimento de um modal de transporte público que consiga absorver a demanda, utilizando-se da realidade urbana e topográfica local;

37 – Mauro Branco ressaltou ainda, a necessidade do Plano Diretor tratar questões como a privatização do uso do solo, pois a propriedade privada não engloba o passeio e a rua a frente da mesma. É preciso conscientizar a população que a rua é pública, mesmo aquela gleba imediatamente em frente à propriedade privada;

38 – Mariano (SAU) destacou a importância de dar-se um tratamento especial às Áreas de Especial Interesse Social, buscando a inserção destas no contexto da cidade, sendo necessário prover tais áreas de mobilidade urbana, acessibilidade, saneamento, regularidade fundiária, através de projetos específicos de Requalificação Urbanística, fazendo com que a cidade reconheça essas áreas como suas. Exemplifica a falta de inserção da AEIS na cidade formal com o bairro Casablanca;

39 – Willian G. De Castro complementou sobre a importância do PDDU identificar as áreas de especial interesse, destinadas a interesse diversos, tais como: interesse social, de drenagem, econômico, resíduos da construção civil (eco pontos)
Ressaltou a importância da definição e preservação destas como essencial para a efetivação das ações de planejamento evitando que no momento de concretização das ações planejadas as áreas previstas já estejam ocupadas com outros fins;

40 – Cecília Geraldo, arquiteta urbanista da SEPLAG-PJF, exemplificou a fala do Willian G. De Castro com o caso de Belo Horizonte, que estabeleceu uma área de Especial Interesse de Alargamento de uma Avenida e que a ação de alargamento somente se concretizou totalmente por volta de 30 (trinta) anos após a sua demarcação como área de especial interesse. Ressalta que ações de planejamento em alguns casos são lentas, mas somente possíveis de se efetivar com instrumentos dessa natureza;

41 – Alvaro Gianinni retomou a fala e informou que todas as sugestões apontadas serão avaliadas, inclusive acerca da metodologia de trabalho

proposta, e que demais sugestões que não foram apontadas durante o Colóquio poderão ser enviadas para o e-mail do plano diretor ou através do Fale Conosco no site do mesmo;

Eu CISSA DE CAMPOS EWALD, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada e arquivada. Juiz de Fora/MG, 08 de abril de 2014.